

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MEIO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2018-MPC/PA
PROCESSO Nº 2018/101353.

O Estado do Pará por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ** torna público para ciência dos interessados, que por meio de sua Coordenador(a) de Compras, Akyson Ferreira da Silva, designado pela portaria de nº 042/2018/MPC/PA, publicação DOU nº 33574, datada de 09/03/2018 e em cumprimento ao Decreto nº. 2.168 de 10 de março de 2010, o qual institui o Sistema de Cotação Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços de pequeno valor por dispensa de licitação em razão do valor previstas nos incisos I e II e parágrafo único do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, realizará **COTAÇÃO ELETRÔNICA**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO**, a qual será regida pela Lei nº. 8.666/1993, Decreto Estadual nº 2069 de 20 de fevereiro de 2006, Decreto Estadual nº 2.168 de 10 de março de 2010, Resolução Estadual nº 001 de 16 de março de 2010, Instrução Normativa Estadual nº 01/2012, Lei Complementar nº 123 com suas alterações posteriores, Lei nº 8078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis correlatas e exigências previstas neste edital.

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Cotação Eletrônica será realizada em sessão pública, conduzido por um coordenador, por meio de internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases a ser realizadas no dia **02 de abril de 2018, às 08:30 h (horário local)** na plataforma do site [web. banparanet.com.br](http://web.banparanet.com.br) e www.compraspara.pa.gov

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para **fornecer certificados digitais e-CNPJ e-CPF (sem fornecimento de Tokens)** para atender as demandas administrativas do Ministério Público de Contas.

2.2. Atender as especificações e exigências contidas no Termo de Referência - ANEXO I.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

3.2. As normas que disciplinam este certame eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

3.3. A inclusão da proposta no Sistema Eletrônico implicará a plena aceitação pela participante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.4. A autoridade competente do Ministério Público de Contas do Estado do Pará poderá revogar a presente Cotação Eletrônica de Preços por razões de interesse público derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e fundamentado.

3.5. A anulação do procedimento de cotação eletrônica por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº. 8.666/93.

3.6. As normas que disciplinam esta Cotação Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

3.7. Os casos omissos serão avaliados e decididos entre os membros designados como, homologador e coordenador da Cotação Eletrônica de Preço, podendo os mesmos agir em conjunto com o Setor Demandante solicitante da aquisição, através da cotação eletrônica ou mesmo com a Assessoria Jurídica do órgão, se entender necessário.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF/PARÁ (CRC);

4.2. O licitante detentor da melhor proposta deverá encaminhar ao Coordenador de Compras os seguintes documentos, com prazo de validade em vigor:

4.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.2.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito relativo a Contribuições Previdenciárias – INSS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil);

4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, consoante determina a Lei Nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuição Estadual e Municipal, sendo esse último se houver, relativo ao domicílio do interessado pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5. DO PROCEDIMENTO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA:

5.1. Os editais e seus respectivos avisos, disponibilizados pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, serão divulgados nos sítios da Internet www.mpc.pa.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br, sendo os avisos encaminhados por correspondência eletrônica, para todos os fornecedores cadastrados no Sistema para aquela linha de fornecimento;

5.2. As referências de horários fixados no Edital e no Sistema de Cotação Eletrônica de Preços e durante a sessão de cotação eletrônica pública virtual, observarão o horário local;

5.3. A troca de mensagens entre o coordenador da disputa e os fornecedores participantes se dará por meio de campo próprio do sistema eletrônico do Compraspará, e na sua impossibilidade por meio do e-mail: licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br e pelo telefone (91) 3321-0129 / 3321-0119.

5.4. O fornecedor vencedor da etapa de lances deverá encaminhar sua proposta comercial ajustada, assim como seus documentos habilitatórios no prazo máximo de 120(cento e vinte) minutos em campo próprio do sistema eletrônico do Compraspará, e na sua impossibilidade por meio do e-mail: licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br e pelo telefone (91) 3321-0129 / 3321-0119.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes desta cotação constam do orçamento do Ministério Público de Contas do Estado do Pará para o exercício de 2017, como a seguir especificado:

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Elemento de Despesa: 33.90.39.00

Fonte de Recursos: 0101

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. A participante vencedora apresentará nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, mediante ordem bancária creditada em conta corrente informada pela empresa contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal e/ou fatura, devidamente atestados.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. A inclusão da proposta no Sistema Eletrônico implicará a plena aceitação pela participante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. A autoridade competente do Ministério Público do Estado do Pará poderá revogar a presente Cotação Eletrônica de Preços por razões de interesse público derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e fundamentado.

8.3. A anulação do procedimento de cotação eletrônica por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº. 8.666/93.

8.4. As normas que disciplinam esta Cotação Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

8.5. Os casos omissos serão avaliados e decididos entre os membros designados como, homologador e coordenador da Cotação Eletrônica de Preço, podendo os mesmos agir em conjunto com o setor técnico solicitante da aquisição através da cotação eletrônica ou mesmo com a Assessoria Jurídica do órgão, se entender necessário.

09. CONDIÇÕES FINAIS

9.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Cotação Eletrônica constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico sem prejuízo das demais formas de publicidade.

Belém, 26 de março de 2018.

SILAINÉ KARINE VENDRAMIN
Procuradora-Geral de Contas do Estado do Pará

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para fornecer certificados digitais e-CNPJ e-CPF, sem fornecimento de tokens, para atender as demandas administrativas do Ministério Público de Contas.

Referida contratação justifica-se pela necessidade de atender à demanda administrativa do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, devido a alteração da gestão organizacional para o biênio 2018-2020, bem como a renovação dos certificados dos pregoeiros atualmente em atividade, ressaltando a não necessidade de aquisição dos tokens, haja vista a existência dos mesmo, adquiridos anteriormente, os quais se encontram compatíveis com os certificados digitais atualmente comercializados.

III – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS

Os tipos de certificados digitais e seus quantitativos estão descritos na tabela abaixo, bem como as especificações dos tokens, já existentes neste Órgão Ministerial, objetivando a compatibilidade para as instalações dos itens a serem licitados, devendo as empresas licitantes apresentarem o custo unitário para cada item.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN D	QUAN T
01	Certificado Digital e-CPF do Tipo A3 de 36 (trinta e seis) meses, compatível com token da marca Gd Burti modelo Giesecke & Devrient Sm@rtCafe 6.0 StdR	Und	03
02	Certificado Digital e-CNPJ do Tipo A3 de 24 (vinte e quatro) meses, compatível com token da marca SafeNet modelo 5100, Token 8.0.0.0 1.0.0	Und	01

IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Os pedidos dos certificados digitais deverão ser atendidos, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação da CONTRATANTE, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

4.2. O recebimento dos certificados dar-se-á pelo Departamento de T.I e Telecomunicações, após a instalação realizada pela CONTRATADA;

4.5. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a perfeita instalação dos certificados digitais e-CNPJ e e-CPF.

V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o objeto contratado conforme pactuado neste Termo de Referência e nos prazos estabelecidos, em observância às obrigações assumidas em sua proposta;

5.2. Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3. Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a correção, remoção e/ou substituição, no todo ou em parte, do objeto deste Termo de Referência, quando se verificarem vícios, erros, deficiências, falhas ou irregularidades durante a confecção dos carimbos, sem ônus para este MPC/PA;

VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Efetuar o pagamento em conformidade com o empenho;

6.2. Apresentar, caso se faça necessário, as correções apresentadas pela CONTRATADA;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os certificados entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

VII – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

7.1. Os certificados digitais serão considerados aceitos após a conferência pelo solicitante, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste instrumento;

7.2. Os certificados digitais que apresentarem defeito e/ou divergência com o solicitado serão devolvidos e o seu pagamento condicionado à resolução da pendência e correção definitiva;

7.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias no Banco, Agência e Conta Corrente indicados pela CONTRATADA, contados da data do atesto na nota fiscal pelo FISCAL do MPC/PA.

VIII – DA GARANTIA

8.1. Os certificados digitais fornecidos deverão ter garantia mínima para o perfeito funcionamento de acordo com suas validades, a contar do recebimento definitivo dos mesmos.

Belém/PA, 07 de março de 2018.

Cezar Barroso dos Santos
Departamento de T.I e Telecomunicações